COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 9.972, DE 2018

Apensado: PL nº 133/2019

Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de sessão de cinema adaptada a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias no País.

Autor: Deputado Fábio Trad.

Relatora: Deputada Dayany Bittencourt.

I - RELATÓRIO

Veio ao exame da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas Com Deficiência o Projeto de Lei nº 9.972, de 2018, de autoria do Deputado Fábio Trad, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de sessão de cinema adaptada a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias no País".

Por despacho da Mesa Diretora, em 3 de maio de 2022, a proposição foi distribuída para apreciação conclusiva desta Comissão e da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, nos termos do art. 24, II, do Regimento Doméstico, e, nos termos do art. 54 do mesmo diploma legal, à Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania; tramitando em regime ordinário.

A matéria estabelece, nos termos do seu artigo inaugural, que ficam as salas de cinemas obrigadas a reservar, no mínimo, uma sessão mensal destinada a pessoas com Transtorno do Espectro



Autista (TEA) e suas famílias. Durante tais sessões, em que não serão exibidas publicidades comerciais, as luzes deverão estar levemente acesas e o volume de som será reduzido. As pessoas com Transtorno de Espectro Autista e seus familiares terão acesso irrestrito à sala de exibição, sendo permitido entrar e sair ao longo da exibição.

O art. 2º da proposição preconiza que as sessões deverão ser identificadas com o símbolo mundial do espectro autista, que será afixado na entrada da sala de exibição.

O art. 3º, por fim, estabelece um período de *vacatio legis* de 90 dias.

Apensado à proposição principal está o Projeto de Lei nº 133, de 2019, de autoria da Deputada Renata Abreu, que "Altera o art. 44 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para incluir a previsão de oferta obrigatória de sessão adaptada para pessoas com transtorno do espectro autista".

Em 9 de novembro de 2022, foi aprovado o Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, propondo, ao invés de uma periodicidade mensal, o estabelecimento de que 2% das sessões exibidas visem à inclusão das pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Em 28 de março de 2023, fui designada Relatora da matéria.

Encerrado o prazo para emendas ao projeto no âmbito desta Comissão, em 18 de abril de 2023, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA



Cabe à Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, opinar sobre todas as matérias relacionadas às pessoas com deficiência.

O Projeto de Lei está alinhado com o Estatuto da Pessoa que estabelece o direito à igualdade oportunidades, sem que haja qualquer espécie de discriminação, e que, também, determina que é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência a efetivação dos direitos referentes à cultura.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio do cerebral marcado desenvolvimento por manifestações comportamentais repetitivas, déficits na comunicação e dificuldade na interação social.

A proposição prevê a reserva de, no mínimo, uma sessão mensal nas salas de cinema destinadas a pessoas com TEA e suas famílias. Essas sessões deverão ter: o símbolo mundial do TEA para (fita quebra-cabeça); ausência identificação de publicidades comerciais; luzes levemente acesas e; com o volume do som reduzido. E, o mais importante, as pessoas com TEA e seus familiares poderão entrar e sair ao longo da exibição, sem restrições.

Essas medidas já são informalmente adotadas em algumas cidades brasileiras, como por exemplo, São Paulo, Rio de Janeiro e Goiânia. Conhecidas como "Sessão Azul", a experiência tem tido muito sucesso ao atender crianças com distúrbios sensoriais e suas famílias.

De acordo com o autor da proposição principal, o acesso desses consumidores com TEA ao cinema não é uma tarefa fácil. A



hiperatividade, a sensibilidade auditiva visual, a dificuldade de concentração e a necessidade de permanecer sentado por longo tempo torna uma sessão convencional de cinema um desafio por vezes quase impossível para essas pessoas.

O Projeto de Lei é muito importante para viabilizar a inclusão da pessoa com TEA, por isso, acreditamos ser mais adequado o critério proporcional de adaptação das salas de cinema estabelecido pelo Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço (CDEICS).

O Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico ainda permite ao Executivo regulamentar tanto os parâmetros mínimos obrigatórios da adaptação, como a alteração de percentual mínimo, para mais ou para menos de 2%, em razão da demanda efetiva das sessões adaptadas.

Em face do exposto, nosso voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 9.972, de 2018, e do Projeto de Lei nº 133, de 2019, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço (CDEICS), na forma da Subemenda Substitutiva anexa.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 2023.

Deputada DAYANY BITTENCOURT Relatora



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI PROJETO DE LEI Nº 9.972, DE 2018

APENSADO: PL Nº 133/2019

Dispõe sobre a obrigatoriedade de ofertar percentual de sessões de cinema em formato adaptado para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº. 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para dispor sobre a obrigatoriedade de ofertar percentual de sessões de cinema em formato adaptado para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias.

Art. 2º A Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 3º-B:

"Art. 3º-B. As salas de cinemas em todo o território nacional ficam obrigadas a oferecer, no mínimo, 2% (dois por cento) das sessões em formato adaptado para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias.

§ 1º As salas de exibição das sessões a que se refere o caput, deverão ser identificadas com o símbolo mundial do espectro autista, observados os seguintes preceitos:





I – não serão exibidas publicidades comerciais;

II - permissão de entrada e saída da sessão pelas pessoas com Transtorno de Espectro Autista e seus familiares ao longo exibição;

III - as luzes deverão estar levemente acessas e o volume de som será reduzido.

§ 2º O regulamento disporá sobre os parâmetros mínimos exigíveis da adaptação prevista no caput deste artigo.

30 regulamento poderá 0 alterar proporcionalidade mínima estabelecida no caput deste artigo, para mais ou para menos, em razão da demanda efetiva das sessões adaptadas. " (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor em 90 (noventa) dias de sua publicação.

Sala das Comissões, 23 de junho de 2023.

DEP. DAYANY BITTENCOURT Relatora



